

RESEÑAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, G. D. A. *A Massa da tropa: greve da Polícia Militar da Bahia.* Salvador/Bahía: Solisluna Desing e Editora, 2008, 150 p. ISBN: 978-85-89059-13-8

A leitura do livro nos permite o contato com uma temática ainda pouco discutida pela produção sócio-política brasileira: a polícia, na condição de categoria funcional, e os efeitos políticos dos seus pleitos bem como os modos de pressão do governo. Neste contexto, o conteúdo abordado no livro é marcadamente datado: analisa um movimento grevista da polícia militar do Estado da Bahia, em Salvador, no ano de 1981.

Preocupa-se em apresentar a perspectiva histórica dos movimentos da Polícia Militar no Brasil para inserir e melhor compreender em que contexto se estabelece o movimento grevista da polícia em 1981 em Salvador, no estado da Bahia. Há dois contextos que explicam objetivamente o movimento grevista analisado, ambos sendo classificados como condicionantes gerais e condicionantes específicos do movimento grevista. Em nível macro, a sociedade brasileira vivia grave crise econômica, exaustão do regime ditatorial promovido pelos militares do exército brasileiro, além da implementação de estratégias de segurança nacional, estabelecidas pelo governo autoritário. Em nível micro, institucional, os policiais recebiam baixos salários, vivendo dupla e contraditória condição sócio-econômica atribuída pelo *status* da função em relação ao posicionamento dos militares em termos de classe econômica. Além disso, percebia-se desmotivação com a função ocupada, provocada pela discrepância de condição econômica em relação aos militares do exército, economicamente mais valorizados.

Estando o país em crise, sob a égide de um regime autoritário de governo, os policiais militares assemelhavam-se às demais classes de trabalhadores, excluídos dos benefícios da ordem econômica vigente. Ainda que tenham sido os salários o aspecto demandante de toda a organização grevista, importa, nessa obra, verificar a relação entre ser policial militar e ser trabalhador brasileiro nesta época. Essa relação torna-se sócio e politicamente expressiva quando se trata da polícia militar brasileira, inclinada, pela ditadura militar, a reprimir forças de resistência, dentre elas os trabalhadores.

O contexto sócio-econômico do Brasil, o modelo econômico excludente e a fragilidade da valorização sócio-econômica da instituição policial militar do Estado da Bahia são argumentos explicativos evocados para possibilitar uma reflexão sobre o movimento grevista da polícia, “caracterizado pelas autoridades governamentais como ato coletivo de “indisciplina” e até de “subversão”, termos malditos para qualquer organização militar”. A tese central é revelar uma tensão histórica e politicamente determinada, portanto permanente, das polícias militares no Brasil. O objeto é a greve ocorrida no ano de 1981, dezessete anos depois da grande crise institucional vivida pela PM no Brasil, quando é convocada a reprimir resistências à

ditadura, em nome da sua nova função: a promoção da identidade nacional, pretendida pelos militares do exército.

Nos anos finais da ditadura militar no Brasil, era então governador do estado da Bahia o Dr. Antonio Carlos Magalhães, político lendário na Bahia, e um dos representantes da ditadura militar que se mantiveram nos governos democráticos posteriores, ocupando cargos tanto no poder executivo como no legislativo. As forças repressivas da ditadura já se fragilizavam, abrindo espaço para o fim da ditadura em 1985. Essa fragilização até poderia ser entendida como um indicativo de certa mudança de postura na relação entre o governo e os grevistas: a negociação em lugar da força. Entretanto, aconteceu justamente o contrário, conforme mostra a Massa da Tropa: o movimento grevista foi arrasado de modo autoritário, sangrento, avassalador. A PMBA acostumada a imprimir essa força contra outros movimentos, era agora vítima da mesma força.

O Brasil atualmente já vive uma outra condição política. O poder coercitivo do Estado brasileiro cedeu lugar à democratização das instituições públicas e ao favorecimento de um Estado democrático de direitos. Ainda que a desigualdade sócio-econômica seja um entrave para a igualdade jurídica no Brasil, as possibilidades comunicacionais e discursivas no sentido atribuído a elas por Habermas se ampliaram largamente. Vinte e sete anos depois do movimento grevista que culminou com a morte de soldados e com o uso da força do governo contra uma instituição do Estado, as instituições brasileiras estão mais sólidas e em franco caminho de reestruturações que permitam desligarem-se de heranças autoritárias persistentes.

Repercute em dois caminhos: auxilia a sociedade contemporânea brasileira a avaliar os seus ganhos institucionais ao longo desses anos e permite a constituição de mais um pedaço da memória social brasileira. Esses dois caminhos nos fazem concordar com o prefácio escrito por Emiliano José o qual contribui para ampliar a discussão sobre o papel das polícias militares numa sociedade democrática, sem se prender ao seu papel mais conhecido e discutido atualmente: a repressão, a violência e a arbitrariedade.

Com base em Weber, o autor poderia ter discutido sobre a função libertária da liderança grevista no sentido de conter a tirania das estruturas burocráticas. Atribuiria ao movimento grevista o papel de estabelecer certa tensão entre burocracia e política. Seria possível ainda discutir com base em Bobbio a relação dicotômica entre Sociedade Civil e Estado em um regime político em que o Estado silencia a sociedade civil. Mas, o que está em jogo é a função do servidor público militar em frente aos direitos do cidadão/trabalhador em um regime autoritário. Todavia, esta é uma discussão ainda precariamente estruturada no Brasil e por isso esse é o mérito do livro.

O livro permite ao leitor conhecer um pouco mais sobre o Brasil e sobre sua memória política. A discussão sobre legitimidade é outro viés possível para a interpretação da obra pelos leitores, embora não seja este um propósito do autor. O controle da Sociedade Civil pelo Estado estabelece uma instabilidade em que a polícia tem papel preponderante de força repressiva e mantenedora do Estado autoritário. Nas democracias modernas, pelo contrário, a base da Sociedade Civil é

ampliada com a participação dos movimentos sociais, ao tempo em que o aparelho do Estado, segundo Bresser Pereira também o é. No processo de consolidação democrática do Estado Brasileiro, a Sociedade Civil tem ampliado o seu poder de participação, ainda que de forma singular, na nossa cultura política. A greve da massa da tropa da Polícia Militar em 1981 pode ser entendida, sem exageros românticos, como um dos eventos de inserção, nesse processo, da polícia militar, ainda no período da ditadura militar.

A massa da tropa fala do policial como um trabalhador brasileiro e indica uma contradição pertinente com relação à atual discussão no Brasil sobre o papel da polícia na contenção da criminalidade urbana. Os próprios policiais estão envolvidos em diversos casos de violência desmedida contra negros, camadas populares da população, trabalhadores ou excluídos do consumo, ou mesmo se vinculam, voluntariamente, à segurança privada ou ao tráfico de drogas. Deixa rastros do processo histórico de formação política da polícia brasileira e nos faz pensar nos motivos das dificuldades e da aparente impermeabilidade dessa instituição quanto à promoção de um processo de democratização institucional que repercuta numa postura sócio-política inovadora ou ajustada às necessidades dos conflitos sociais próprios da complexidade do tecido social em que a Bahia e o Brasil se estruturam na atualidade.

Milton Júlio de Carvalho Filho¹
Universidade do Estado da Bahia,
Universidade Católica do Salvador
miltonjulio@uol.com.br

¹ Professor de Sociologia Jurídica e Políticas Públicas da graduação e da Pós-Graduação.